ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 06/2020 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 09 DE JUNHO 2020.

Aos 09 (nove) dias de junho de 2020, em primeira e única convocação às 16h10, a reunião remota da Plenária Ordinária do CAU/RJ de n. 06/2020, teve início às 16h10, sob a coordenação do Presidente do CAU/RJ, Jeferson Roselo M. Salazar, com a **presença dos Conselheiros Titulares:** Davide Siffert Dulcetti, Edivaldo Souza Cabral, Jerônimo de Moraes Neto, Leila Marques da Silva, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Lucas Teixeira Franco, Maria Isabel de V. P. Tostes, Maria Lúcia Borges de Faria, Mariana Bicalho, Nadir Moreira da Silva , Pablo César Benetti, Paulo Sergio Niemeyer, Regina Cohen, Rogério Cardeman, Sandra Sayão, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva e Sydnei Menezes; **Conselheiros Suplentes:** Antonio Augusto Verissimo**,** Cárin Regina D´Ornellas, Vicente Alvarenga, Laura Jane Barbosa; Rodrigo Bertamé **Conselheiros que justificaram ausência:** Almir Fernandes ,Daniel Mendes de Sousa, Luana Soares Pimenta, Gustavo Manhães, Maira Mattos Rocha. **Encontra-se licenciado o Conselheiro**: Manoel Vieira Gomes Júnior. O Presidente iniciou a reunião com o **Item 1 – Verificação do Quórum**, anunciando o número mínimo de 13 (treze) Conselheiros presentes para começar a sessão. Na sequência, **Item 2 – Hino Nacional Brasileiro** – dispensada a execução do Hino Nacional. Em seguida convocou os Conselheiros Maria Isabel Tostes, Nadir Moreira, Edivaldo Cabral e Lucas Franco para formar a mesa Diretora. Com esta composição reuniu-se o CAU/RJ para deliberar sobre os temas que compõem a pauta da Reunião Plenária Ordinária n. 06/2020. – **Item 3 – Aprovação da Ata da Reunião Plenária Ordinária n. 05/2020, realizada em 12 de maio de 2020,** com as inserções solicitadas pela Conselheira Leila Marques e Conselheiro Davide Siffert Dulcetti, aprovada por unanimidade, com a abstenção do Cons.Vicente de Paula. **Item 4 - Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas**. Presidente informou que a arquiteta Katia Farah, conselheira do Clube de Engenharia, enviou-lhe pedido de manifestação acerca de projeto de lei na Alerj que estende aos técnicos de níveo médio poder para realizar auto vistoria; mandou para a CEP porque foi muito em cima da hora; o CAU fará essa manifestação após discussão na CEP; recebido pedido para participar de esforço com 300 entidades que é a Marcha Virtual em favor do SUS e do fortalecimento das medidas de combate à pandemia lastreadas no conhecimento científico; encaminhou para o Comitê e todos se manifestaram favoravelmente; ele fez um vídeo de 1 minuto e encaminhou ao movimento; foram enviados ofícios para todos os hospitais de campanha para identificação dos responsáveis técnicos; no dia de hoje o Gerente Geral encaminhou relatório sobre as atividades da autarquia neste período de trabalho remoto que será encaminhado a todos os conselheiros; parabenizou a equipe de profissionais do CAU por não arrefecer os ânimos do trabalho de qualidade; Conselheira Isabel participou do Conselhinho ontem informando sobre dois assuntos discutidos, o primeiro, sobre o projeto de lei 1263 que considera o tempo de quarentena como tempo de estágios para alunos, como estágio supervisionado e aulas; que um grupo vai se manifestar porque o presidente da CNE declarou que não havia conselhos contrários à idéia; que o Cremerj e o Conselho

Federal de Enfermagem teriam aderido, mas não havia ninguém na reunião para afirmar isso; por isso decidiu-se pela elaboração da minuta para mandar para as universidades ; o outro, elaboração de um instrumento para avaliar quantitativos de profissionais contaminados, que os fisioterapeutas já fizeram isso; o grupo vai se reunir para sabermos sobre os arquitetos no Rio de Janeiro; Conselheiro Edivaldo afirma que o técnico de edificações é importante mas o profissional tecnicamente preparado é o arquiteto; qual a possibilidade de submeter o tema ao plenário hoje para que dê tempo de que a manifestação chegue antes da aprovação do projeto; Conselheiro Sydnei, pontua que a agenda desse assunto não é dada pelo conselho, quem está pautando o tema é a Alerj; concorda que devemos manifestar no plenário; esclareceu que o presidente encaminhou para a CEP e assim que ela se manifestar será encaminhada à Alerj. Submetida a pauta à aprovação, foi aprovada com uma abstenção do Conselheiro Sydnei. **Item 5 – Ordem do Dia. 5.1.** Permanência do regime de trabalho remoto do CAU/RJ até 14 de julho. O presidente informou que o CD tem se reunido todas as semanas e na semana passada, o CD propôs estender o trabalho remoto até 14 de julho em razão do risco de contaminação; Conselheiro Lucas Faulhaber, complementou que na última plenária decidiu-se que a renovação vai se dar até cada data de plenária. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**5.2.** Informe sobre atualização da arrecadação do CAU/RJ (financeiro) Maria Isabel, coordenadora da CPFI pediu a projeção da tela e que o gerente Flavio Vidigal expusesse a situação; que a arrecadação está sendo pouco superior ao que fora estimado, arrecadando em junho, R$293 mi; que os RRTs estão aumentando; em junho, com uma semana de arrecadação, a previsão se confirmou; que o CAUBR está trabalhando uma reformulação, ainda sem data para sair, mas até no máximo agosto teremos o indicativo para a reformulação; Conselheira Maria Isabel complementou que a reprogramação ainda não vai ocorrer; há uma surpresa porque a arrecadação foi em abril de R$437, maio .....e junho de R$ 293 mil, até aqui. Presidente informou sobre resolução do CAUBR sobre utilização de reserva de capital; Conselheira Maria Isabel informou que formou-se um comité de emergência, não é CPFI, para criar outro fundo de emergência com a contribuição dos CAUs SP,RS,RJ e MG; ainda não se sabe qual é o percentual, ainda não foi discutido e aprovado; interferência do CAUBR sobre o que cada UF pode disponibilizar ou não. Sobre a utilização de reserva de capital, o assessor chefe do jurídico, Vitor Cardoso, fez uma avaliação: a lei faz restrições mas a lei não é aplicável às autarquias e, portanto, estaríamos podendo utilizar o superávit para despesas correntes aos conselhos; o CAUBR resolveu essa questão; Cons.Sydnei afirmou entender que, de sua experiência na administração pública, a utilização de superávit é proibida e é necessário ter certeza dessa possibilidade; que o CAUBR não considera as opiniões dos CAU/Uf, que já existe o compartilhamento de despesas; Conselheiro Jeronimo ponderou que o fundo é emergencial e a solidariedade é fundamental em relação aos CAUs menores; que precisamos sustentar isso e não podemos nos furtar a isso; que o CAUBR apresentou o fundamento para utilização da reserva de capital; Conselheiro Davide apoiou a fala do Cons.Jeronimo sobre solidariedade dos CAUs menores; chama a atenção para o cuidado que se tem que ter para nominar os CAUs como superavitários ou com maior arrecadação e não que como mais ricos; Presidente Jeferson reiterou que houve uma avaliação disso pela assessoria jurídica, que o fundo de reserva tem que

existir mas tem que ser negociado e conversado com os CAUs; a minuta não diz qual é o percentual ou valor e não informa pelo tempo que isso se estende; Conselheiro Edivaldo, entende que o dinheiro que está no banco, deve ser usado e não guardado com o banqueiro; temos que saber qual é o limite da nossa ajuda; Conselheira Isabel deixa claro que é totalmente favorável a ajudar os colegas, mas acha que a forma como isso chegou é ruim; não houve conversa sobre as possibilidades; Conselheiro Sydnei tem proposta de encaminhamento, de acionar o conselheiro federal Carlos Fernando para ter informação sobre essa proposta do CAUBR; Conselheiro Davide, deixa claro que sua preocupação é com a terminologia; Conselheira Leila registra que estamos falando em solidariedade mas no momento estamos falando em usar a reserva para a máquina administrativa e não para os arquitetos; que os cinco CAUs estão alimentando os outros, que é um sistema caro; Conselheiro Jeronimo conclui que os colegas não se opõe à ajuda mas a CPFI podia se debruçar sobre esse cálculo para que ao chegar o do CAUBR possamos comparar o que podemos e o que eles querem; Conselheira Sandra tem ouvido dos arquitetos que há perplexidade quanto a falta de ajuda do CAU neste momento; quando for noticiado que o CAU/RJ vai abrir um fundo para ajudar outros CAUs, vai causar mal-estar; o CAU está sendo mal visto neste período de pandemia; Conselheiro Davide, sobre o que Conselheira Sandra afirmou, acha que o CAU se movimentou mas falta mais comunicação para os arquitetos do Rio, uma palavra de acolhimento; Conselheiro Edivaldo, ponderou que temos uma profissão regulamentada e isso tem um custo; ele tem que se auto sustentar; ele tem que proteger a sociedade. Presidente Jeferson esclareceu que há uma iniciativa em relação ao Sebrae e BNDES para acessar recursos mas isso, infelizmente, não acontece. Conselheira Isabel lembrou que o Banco do Brasil anunciou que estaria ajudando, mas não é verdade. O fato é que há necessidade de apoiar os CAUs menores mas nós é que temos que ver como será possível. Gerente Flavio, respondendo ao Conselheiro Sydnei, informou que comparando o mesmo período do ano passado com este, no ano passado havia RRTs arrecadados em torno de um milhão e 900, este ano um milhão 343, já realizados os 30% do previsto para RRT; das anuidades houve queda mas apesar da queda estamos acima do que estimamos**.5.3. Edital emergencial CAU/RJ** – proposta do Conselho Diretor para o Comitê de enfrentamento ao corona. Passada a palavra ao Conselheiro Rodrigo Bertamé informou que a ocorreu no dia anterior no Comitê; que a demanda visava pensar alguma ação emergencial, sendo consolidada uma proposta para colocar hoje, a partir do descolamento que há entre arquitetos e a sociedade, trabalhar uma ação voltada à comunicação como ações educativas, e de conscientização, visando a importância da arquitetura e urbanismo junto a essa população mais vulnerável; a segunda linha, de formação a partir de território; Conselheira Leila Marques,entendeu que na reunião a pergunta era o que levar para o plenário, como produção e um resultado do Comitê; que sua fala na reunião é de entendia que o comitê era um articulador, uma ponte entre as comissões porque o CAU já tem comissões; que a Athis foi mais focada, houve maior interação mas o que os arquitetos precisam e podem esperar do CAU, e por fim, que não houve decisão sobre se seria um seminário, um fórum, após as articulações com as comissões, para tocar as demandas e onde entraria o CAU para ajudar ; Conselheiro Sydnei, para o Rodrigo, concorda que o CAU está afastado dos arquitetos, uma falha grave; mas o que é esse edital? pediu esclarecimento. Conselheiro Pablo esclareceu que o

edital é muito importante, que outros CAUs estão fazendo editais emergenciais para a pandemia; que a ação tem que ter uma aderência ao território mais vulnerável; que não há como pensar isso independentemente da cidade ; ao apontar ações de comunicação e mapeamento, conjunturais, ele não se superpõe ao edital de Athis; sobre o que a Conselheira Sandra coloca, não há como auxiliar a classe; o importante é se o dinheiro que se arrecada é bem gasto; mas não há condições objetiva parao CAU oferecer uma linha de crédito para os profissionais; que o governo não está liberando um centavo. Conselheira Nadir afirmou que a proposta tinha que ser mais clara e explícita, pedindo esclarecimentos aos Conselheiros Lucas Faulhaber e Rodrigo Bertamé. O Conselheiro Lucas esclareceu que o Conselho Diretor propôs ao Comitê a criação de uma idéia que pudesse ser discutida na plenária, para garantir esta discussão; está-se tentando formular a proposta, não há questão fechada; em relação à formação, por meio de edital ações de comunicação e de formação, entidades e associações, propor cursos relacionados a nova prática profissional pós pandemia, home office; como o profissional será tratado; a proposta é de haja uma construção no plenário; Conselheira Sandra, entende que qualquer comunicação em massa, durante e pós pandemia seria redundante; que deveríamos estar pensando como, por ex., transformar os usos coletivos da cidade, como preparar a cidade pós pandemia; sente falta dessa discussão. Conselheiro Edivaldo , lembra que no CREA havia a mútua, mas a forma que o CAU pode ajudar é o que Bertamé falou; Conselheiro Rogério Cardeman, pede esclarecimento sobre o que é o edital e qual o valor, quanto é; que entende não ser o momento; que na primeira virtual da CPFI, ele sustentou que Athis deveria ter prioridade mas que não se pensou em ajudar o arquiteto e que temos que pensar nisso; Conselheira Leila, disse estar tudo confuso, ela achou que misturou os pontos de pauta, não ouviu falar do edital emergencial, quem não pertence ao CD não entende nada do que está sendo decidido; até então, como comitê, a ajuda é comunicação, abrir as páginas do CAU para informação; não dá como aprovar sem ler o edital. Lucas, esclareceu que o que foi discutido ontem foi isso. A proposta não é para colocar em votação; a idéia era trazer o debate para a plenária, que tipo de edital de fomento pode ser; ninguém está sendo levado a votar algo sem ler; temos que saber o que fazer para poder ver se termos recursos disponíveis; chegamos na plenária para discutir, como sempre se pede; é possível fazer curso? O debate sobre a cidade pós pandemia? Tentar incorporar tudo em ações a promover; Conselheiro Sydnei manifestou-se entendendo que o ponto de pauta estava prejudicado porque não é sobre o edital emergencial; que o comitê discutisse antes; que estão sendo apresentada boas idéias;que o CAU pode fazer pelos arquitetos; parabenizou as Conselheiras Leila e Nadir pelas lives realizadas , discutindo a cidade pós pandemia; que foram apresentadas boas idéias e que já há um edital pronto no RS. Conselheiro Pablo manifestou-se dizendo que a discussão estava esgotada, que a idéia era a de construir junto com a plenária algo como o que o RS fez, com recursos de capital; concorda que não há um edital porque o que se imaginou foi lançar a idéia primeiro; que o CAU não pode atender a demanda de muitos colegas que estão sem trabalho que representaria distribuir dinheiro a fundo perdido, o que não é possível oferecer. Conselheira Nadir, concorda com Lucas que houve a discussão sobre o edital e que a idéia era trazer para a plenária a discussão do que poderia ser. Conselheira Regina concorda com Conselheira Sandra,

aproveitando para informar que realizou a live da acessibilidade, como o CAURJ não está discutindo a cidade pós pandemia; Conselheira Leila esclareceu que houve a discussão na reunião do dia anterior do Comitê mas a pauta da plenária não ficou clara e que induziu ao erro de achar que era um ponto a ser votado; não houve discussão sobre gastos; trata-se de um informe; Conselheira Carin, afirmou que se for para colher idéias para fortalecimento da profissão, com comunicação, isso não foi feito até hoje, defende a pauta de trazer os arquitetos de fora para dentro, e o trabalho com as associação de moradores; Presidente Jeferson concordou com Conselheira Leila, acha que a forma colocada na pauta foi equivocada; **5.4. Proposta de metodologia para aprovação do novo RI.** Conselheiro Lucas Faulhaber defendeu no CD essa proposta porque havia um calendário que não foi possível executar; como estamos aprendendo a lidar com a dinâmica de reuniões virtuais, acha que devemos continuar no ambiente virtual, repensando alguns aspectos, para não se perder o trabalho; Conselheira Leila entende que o trabalho está defasado, como por ex. ter cortado as reuniões virtuais; acha estranho passar um texto que já está sendo discutido; a metodologia que ela sempre defendeu que o texto fosse lido por todxs para possibilitar o envio de destaques; para a leitura dos destaques; além disso, o quórum tem que ser garantido; se as pessoas não lerem antes, não vai adiantar; ela se sente desmotivada. Conselheiro Sergio é a revisão deste RI e quem tem somos nós (não entendi); acha que a experiência atual demonstrou; fazer uma nova proposta à luz da pandemia e para o futuro com estas possibilidades construídas; propôs não perder a oportunidade da confecção de um novo regimento. Conselheiro Lucas discordou da proposta do Sergio porque ahca que não houve grandes mudanças a não ser as reuniões virtuais; Conselheira Leila acha que não é necessário reler tudo, cada um pode mudar sua opinião; encaminha, que o RI, do jeito que está, seja encaminhado a todos os conselheiros com um prazo para que todos encaminhem os seus destaques, devidamente fundamentado. Conselheiro Sergio concordou e que os destaques sejam fundamentados **Encaminhamento: que os conselheiros tenham prazo para apresentar os seus destaques e então marcar as reuniões. Proposta aprovada por aclamação. (enviar e-mail escrever qual é o destaque, o número do artigo) 5.5.** Informes do Comitê Executivo Contra o Coronavírus- Conselheiro Rodrigo Bertamé reiterou o debate da plenária sobre o edital; a articulação a partir da CEP que inicia um processo de construção de uma atividade e como ajudar; Conselheiro Lucas Faulhaber, o que compete à CPU, atuação na discussão do PLC 174, da mais valia, flexibilização de padrões urbanísticos; Conselheira Leila entendeu que o comitê existiria para articulações com as comissões, mas acabou que se atordoou com as legislação que surgiu e a necessidade de discuti-la; **5.6.** Relatórios de recursos a decisões da CPFI (improcedência de impugnações a cobranças),distribuídos em março aos Conselheiros Gustavo Manhães, Noêmia Barradas, Vicente de Paula, Edivaldo Cabral e Lucas Faulhaber, não houve resposta. O Conselheiro Vicente esclareceu que recebeu o recurso, mas que não havia se dado conta e trabalhará nele para a próxima reunião. O relatório que seria lido pela Conselheira Mariana foi retirado de pauta por ponderação de que a parte interessada não foi avisada.Colocada em votação a prorrogação da plenária até as 20h00. Declaração de voto: Cons.Davide,sim; Cons.Vicente,sim;Cons.Laura,sim;Cons.Edivaldo,sim; Cons.Leila,sim; Cons.Verissimo,sim; Cons. Lucas Faulhaber,sim; Cons.Lucas Franco,sim; Cons.Carin,sim; Cons.Isabel,sim; Cons. Lucia,sim; Cons. Mariana,sim;

Cons.Paulo sim; Cons.Sergio, sim; Cons. Sydnei, não. Resultado: 14 votos a favor,1 contrário.**5.7.**.**Decisões de procedência da CPFI a impugnações** a cobranças para referendo da Plenária (32)- com planilha anexa- projetada a planilha que foi enviada com a pauta para todos, sendo relativos aos processos administrativos, todos do ano de
2019:080;0483;2950;4168;3026;2957;4423;2581;3234;2652;4436;3961;3038;0743;0169;0168;0054;0076;1111;0939;0106;4390;2984;2886;3851;4172;1184;0445;1226;0487 e protocolos 998836/2019 e 527130/2017 (com planilha anexa à presente, dela fazendo parte). A Gerente técnica esclareceu do que se trata, e que tem que ser referendado pela plenária. Conselheira Leila esclareceu que houve muitos casos em que pessoas físicas e jurídicas nem se deram conta de suas transferências para o CAU. Assim, par aqueles que não entenderam o que aconteceu, quando as pessoas argumentam que não exerceram, não tem RRts, nestes casos julgou-se pela procedência da impugnação. Criados critérios legais e da CPFI para dar procedência. Conselheira Isabel complementou afirmando que a planilha está muito esclarecedora com a motivação da decisão. Conselheiro Sydnei parabenizou a equipe de conselheiros e funcionários e que dever-se-ia dar ampla divulgação, publicando no site essa decisão. Conselheiro Lucas Faulhaber sugeriu encaminhamento, em não havendo destaques, a aprovação em bloco. Colocada em votação**, proposta aprovada por aclamação**.**4.9. Distribuição de recurso à decisão da CPFI -** PAC nº 3261/2019 - Protocolo n° 937195/2019 –Cristine de Souza Niv- Flavio esclareceu que a CPFI não aceitou a impugnação e a profissional recorreu à plenária. Distribuido o recurso à Conselheira Mariana Bicalho. **5. Comunicados dos Conselheiros**. Conselheira Leila informou sobre o livro Coronavirus, que às sextas têm acontecido lives, que foi incluído no Rio Capital Mundial da Arquitetura, divididos em bloco, fazendo a conversa no youtube. Conselheiro Davide, na plenária de maio, sugeriu um banner para que os arquitetos saibam da suspensão de obras; a assessoria de comunicação vai atender ao conselheiro; Conselheiro Paulo manifestou preocupação com a continuidade de obras; Conselheiro Lucas Faulhaber concorda com o Conselheiro Paulo sobre cuidar de toda a cadeia da construção civil, esclarecendo que , por isso, desde o início o CAU/RJ tem feito isso ; que a cobrança do Conselheiro Davide também faz sentido, mas o banner foi colocado no site e deve ter saído por alguma razão. E a forma de comunicação. Conselheiro Lucas Franco ponderou que Conselheiro Paulo tem razão mas há um amplo debate em todas as comissões, com documentos, com orientações, ofícios, e isso acontece há noventa dias. Está surpreso porque houve várias ações, com outras entidades; pede que a mesa publicasse para os conselheiros; que a questão das obras foi muito trabalhada, que a discussão do Conselheiro Paulo está 3 meses atrasada. Conselheiro Paulo acha que o que o CAU fez, não funcionou. Presidente Jeferson esclareceu que o CAU/RJ foi o primeiro a identificar que tinha que paralisar atividades no próprio conselho porque essa já era a recomendação dos institutos de pesquisa; que foram feitas recomendações ao estado, prefeituras sobre obras mas que não temos poder de polícia, não podemos obrigar o governador, o presidente; em diversos pontos da cidade, as coisas estão funcionando, não só as obras. Há muitos lugares que estão parados por ordem do tráfico e não pelo estado; a preocupação é muito importante em relação aos trabalhadores em obras mas o CAU não tem como interferir. Conselheiro Davide tem

preocupação com os trabalhadores de obras, e entende que deve-se abrir canal de comunicação com a classe trabalhadora. Vencidos todos os pontos de pauta e, não havendo quem desejasse fazer o uso da palavra, o Presidente do CAU/RJ, Senhor Jeferson Roselo M. Salazar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião virtual Plenária n. 06/2020, que terminou às 20h. Jeferson, lembrou que em março o Sinduscon se manifestou contra o isolamento social. Eu, Marina Burges, secretária da mesa, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelo **Presidente do CAU/RJ, Jeferson Roselo M. Salazar. Rio de Janeiro, 09 de junho de 2020.**

Marina Burges Olmos
Secretária da Mesa

Jeferson Roselo M. Salazar
Presidente do CAU/RJ